

NOTA DE ENVIO

Assunto: Relatório de síntese da sessão plenária suplementar
– Bruxelas, 26 de Março de 2003

**DEBATE SOBRE AS ALTERAÇÕES RELATIVAS
AOS ARTIGOS 1.º A 7.º DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO**

Na sequência da sessão plenária de 27 de Fevereiro, dedicada aos artigos 1.º a 7.º do projecto de Constituição e às alterações apresentadas pelos Convencionais, estes prosseguiram os debates no decurso de uma sessão suplementar presidida por Jean-Luc Dehaene, Vice-Presidente da Convenção.

Artigo 1.º

O Vice-Presidente fez uma breve introdução ao debate, recordando o desenrolar da sessão plenária dedicada à discussão dos artigos e, em particular, os principais temas sobre que incidiam as alterações apresentadas pelos Convencionais neste contexto. Jean-Luc Dehaene referiu ainda que o Praesidium procurará, em todo o caso, reflectir de forma mais clara algumas das preocupações manifestadas, numa versão revista; citou designadamente o facto de as competências da União serem atribuídas pelos Estados-Membros e não pela Constituição. Esta sugestão foi aplaudida por diversos Convencionais.

"Povos" ou "cidadãos"

Muitos intervenientes manifestaram preferência pela utilização do termo "cidadãos" em vez de "povos" neste número, argumentando que aquele termo é mais moderno, tendo sido consagrado pelo Tratado de Maastricht. No mesmo sentido, determinados oradores insistiram em que o termo "cidadão" possui um verdadeiro sentido jurídico, o que não é o caso do termo "povos". Outros fizeram notar, porém, que o termo "povos" reflecte melhor o carácter fundamental da União, a que se refere este artigo. Por último, alguns dos intervenientes propuseram uma reformulação do número no sentido da conciliação dos dois conceitos, "povos" e "cidadãos".

"Constituição" vs "Tratado Constitucional"

Alguns intervenientes afirmaram preferir que se evite o termo "Constituição", substituindo-o por "Tratado Constitucional", pois este último reflecte melhor a ideia de um acordo estabelecido entre os Estados.

Estabelecimento da União

Alguns dos intervenientes colocaram a questão de saber se ficará assegurada a continuidade jurídica, uma vez que a Constituição prevê o "estabelecimento" da União. Para estes intervenientes, não se trata de estabelecer uma União, dado que esta já existe, mas antes de assinalar uma nova etapa do respectivo desenvolvimento. O Vice-Presidente explicou que, por um lado, a União estabelecida pela Constituição sucederá, em todo o caso, à Comunidade e à União actual, e que, por outro lado, na última parte da Constituição, sob o título "Disposições Finais", figurarão disposições destinadas a assegurar a continuidade jurídica. Um dos intervenientes sublinhou a importância de se consagrar a continuidade jurídica logo no primeiro artigo, a fim de evitar toda e qualquer ambiguidade.

"Moldes federais"

Alguns intervenientes pronunciaram-se a favor da supressão do termo "federais" neste número.

Estes intervenientes consideraram que o termo "federal" tem um sentido jurídico diferente nas diversas línguas e que, por esse motivo, é preferível evitá-lo, para não dar lugar a divergências de interpretação. Um interveniente propôs a supressão da segunda parte da frase (p. m. *"na qual são coordenadas as políticas dos Estados-Membros, e que gere, em moldes federais, determinadas competências comuns"*), considerando-a supérflua e desprovida de substância. Outros intervenientes manifestaram-se a favor da manutenção desta disposição e do termo "federais", considerando que este exprime, de forma mais precisa e concisa que outros termos, os moldes muito específicos em que funciona a União, no quadro de algumas das suas competências. Alguns intervenientes propuseram a substituição do termo "federais" por "comunitários" ou "supranacionais".

"União cada vez mais estreita"

Alguns Convencionais advogaram a introdução, neste número, da noção de "União cada vez mais estreita", que figura no artigo 1.º do actual Tratado. Um interveniente sugeriu que esta noção teria cabimento no Preâmbulo da Constituição, pois visa indicar uma perspectiva. Uma Convencional sublinhou que vê um elo de ligação entre esta problemática e a do termo "moldes federais": poderá aceitar esta última expressão, desde que o texto da Constituição não consagre a expressão "União cada vez mais estreita".

Questões de redacção

Alguns membros qualificaram de "banal" a fórmula de abertura do artigo 1.º, tendo feito sugestões alternativas, como, por exemplo, "... empenhados em construir em conjunto o seu futuro...". Além disso, foi criticado o verbo "gerir" (ou "*administer*", em inglês), por ser demasiado burocrático.

Estrutura do número

Determinados intervenientes propuseram a inversão da ordem da segunda parte da frase, de modo a que as competências atribuídas à União figurem em primeiro lugar, antes da coordenação das políticas dos Estados-Membros.

N.º 2 do artigo 1.º

Diversos Convencionais insistiram na necessidade de precisar melhor os termos "identidade nacional", constantes do n.º 2 do artigo em apreço, e manifestaram dúvidas quanto à conveniência de se abordar a identidade nacional em dois trechos da Constituição. Estes Convencionais propuseram, designadamente, que se especifique esta noção através de diferentes aspectos, tais como a diversidade cultural ou linguística, a autonomia e as especificidades regionais e outras. Uma parte dos intervenientes propôs que se complete esta noção com o disposto no n.º 6 do artigo 9.º ou que se formule um novo artigo com base no n.º 2 do artigo 1.º, completado pelo n.º 6 do artigo 9.º. Um interveniente afirmou, no entanto, ter dúvidas quanto à repetição dos elementos constantes do n.º 6 do artigo 9.º, receando que o novo número fique sobrecarregado.

N.º 3 do artigo 1.º

Um dos intervenientes fez notar que o disposto no n.º 3 do artigo 1.º, relativo às características da abertura da União aos outros Estados, contém uma formulação mais restritiva das condições de adesão do que as disposições previstas para os actuais Estados-Membros no artigo 2.º, relativo aos valores.

No termo da discussão sobre o projecto de artigo 1.º, o Vice-Presidente da Convenção concluiu o debate constatando, em primeiro lugar, a existência de uma nítida tendência favorável à fusão dos actuais projectos relativos à identidade nacional (n.º 2 do artigo 1.º e n.º 6 do artigo 9.º) num novo artigo separado, que retomaria os diversos elementos da identidade nacional enunciados no actual n.º 6 do artigo 9.º. Reiterou que o Praesidium pretende elaborar uma fórmula que exprima, sem ambiguidade, que as competências da União provêm dos Estados, e que esclareça que a função de coordenação da União só existe para certas políticas, com base nas competências que lhe são atribuídas. Quanto ao demais, o Vice-Presidente sublinhou que o Praesidium iria estudar melhor certos pontos que continuam a suscitar controvérsia, tais como:

- a utilização do termo "cidadãos" ou do termo "povos" no n.º 1 do artigo 1.º;
- a utilização ou não dos termos "moldes federais" no n.º 1 do artigo 1.º.

Artigo 2.º

O Vice-Presidente introduziu o debate explicando a lógica seguida pelo Praesidium na redacção deste artigo, que deverá limitar-se a uma breve listagem dos valores mais essenciais, aceites por todos, e tão claros do ponto de vista jurídico que sejam passíveis de sanção em caso de violação grave por parte de um Estado-Membro. Recordou que muitas das alterações apresentadas visam acrescentar a esses valores a igualdade e/ou a igualdade entre mulheres e homens. Explicou ainda a abordagem seguida pelo Praesidium quanto à menção do "factor religião", reportando-se às conclusões do Presidente Giscard d'Estaing no final da última sessão plenária. O Vice-Presidente fez notar, por último, que houve numerosas alterações a colocar a questão da pertinência da segunda frase deste artigo, formulada mais em termos de objectivos do que de valores.

Muitos intervenientes pediram que seja aditada à lista de valores quer a noção de igualdade em geral (ou, para alguns, da igualdade perante a lei), quer a de igualdade entre mulheres e homens, ou mesmo as duas noções. Vários intervenientes argumentaram que o termo "igualdade" não é mais geral que os termos "liberdade" ou "democracia", pelo que deverá ser conforme com a abordagem do Praesidium.

Um Convencional propôs que se fale de "inviolabilidade" da dignidade humana, em vez do simples respeito, de harmonia com a terminologia da Carta dos Direitos Fundamentais. Alguns membros preferem, aliás, que se fale de "direitos fundamentais" em vez de "direitos do Homem".

Alguns membros advogaram a consagração da diversidade cultural e linguística no artigo 2.º, considerando-a como um verdadeiro valor da União; reconheceram, contudo, que, por uma questão de redacção, essa noção poderá enquadrar-se melhor no artigo 3.º.

Diversos intervenientes reconheceram o ponto suscitado pelo Vice-Presidente em relação à actual formulação da segunda frase, tendo pedido que seja fundida com a primeira ou, em alternativa, que seja transferida para o Preâmbulo ou para o artigo 3.º.

Quanto a eventuais referências ao "factor religião", determinados Convencionais pediram que se fosse mais longe do que a abordagem do Praesidium, apresentada pelo Presidente e pelo Vice-Presidente, designadamente através de uma referência a Deus na Constituição; em contrapartida, uma série de outros Convencionais manifestaram o seu agrado com a linha seguida pelo Praesidium.

Foi geralmente aceite o argumento do Vice-Presidente, segundo o qual uma eventual alusão a valores ou referências religiosos e espirituais só poderia ter cabimento no Preâmbulo, e não no artigo 2.º.

A concluir, o Vice-Presidente constatou, designadamente, que surgiu uma tendência favorável à inclusão da igualdade entre os valores, para alguns com o aditamento da referência à igualdade entre mulheres e homens. Afirmou ainda que o Praesidium deverá elaborar uma fórmula mais conveniente para articular as duas frases da actual versão do projecto de artigo 2.º.

Artigo 3.º

O Vice-Presidente fez uma breve introdução ao debate sobre este artigo, recordando o ponto em que se encontra a discussão sobre este artigo, com base nas opiniões manifestadas em sessão plenária e nas alterações apresentadas pelos Convencionais. Suscitou certos pontos que parecem ser já relativamente consensuais, tais como a necessidade de uma expressão mais completa do objectivo da protecção e da melhoria do ambiente e do desenvolvimento sustentável, ou uma redacção mais aberta e menos "eurocêntrica" do n.º 4, relativo ao papel da União no mundo, alinhando-se pelos elementos de redacção apontados pelo Grupo de Trabalho VII. O Vice-Presidente sublinhou ainda que seria conveniente que, na redacção deste artigo, se fosse ao encontro das preocupações daqueles que desejam exprimir as características da economia social de mercado e, ao mesmo tempo, daqueles que prezam o carácter aberto do mercado e a livre concorrência. Jean-Luc Dehaene referiu ainda que, em todo o caso, a Constituição conterà uma cláusula de "*mainstreaming*" (tomada em conta, em todas as políticas da União, das exigências da igualdade entre mulheres e homens,

bem como da protecção do ambiente), mas que pode pôr-se a questão de saber qual o melhor lugar para essa cláusula (parte I ou II da Constituição). Sublinhou, por último, que conviria manter uma certa concisão do artigo, não obstante todas as sugestões de aditamento.

Alguns intervenientes recordaram, de modo geral, que os objectivos enunciados no artigo 3.º irão ser utilizados pelo Tribunal de Justiça, daí a necessidade de serem formulados com grande precisão. Foi assinalado que deveria existir uma ligação directa entre as competências da União e os seus objectivos, e que há que evitar referir objectivos se a União não possui competências para os realizar. Vários Convencionais associaram-se ao apelo do Vice-Presidente no sentido de se manter uma certa concisão na redacção do artigo.

Alguns Convencionais consideraram supérfluo retomar, no n.º 1 do artigo 3.º, noções tais como a paz e outros valores, que já são objecto do artigo 2.º.

Outros deploraram que na acção da União não tenham ficado consagrados os princípios da maior abertura e proximidade possível em relação aos cidadãos, propondo o aditamento de um número distinto para este efeito.

Por fim, diversos Convencionais pediram a inserção, quer neste artigo, quer na segunda parte, de uma cláusula de "*mainstreaming*" ou de coerência, também evocada pelo Vice-Presidente.

N.º 2 do artigo 3.º

Muitos intervenientes, que aplaudiram a declaração, por parte do Vice-Presidente, de que a protecção e melhoria do ambiente, e o desenvolvimento sustentável e respectivos aspectos, poderiam ser exprimidos de forma mais veemente, apresentaram propostas de redacção concretas para esse efeito.

- Vários intervenientes solicitaram tanto uma referência a uma economia de mercado aberta e de livre concorrência, consagrada no artigo 4.º do TCE actual, como uma referência à "economia social de mercado", tendo os Convencionais observado que as duas noções não se excluem mutuamente. Além disso, determinados Convencionais referiram diversos elementos da economia social de mercado, reportando-se às conclusões do Grupo de Trabalho XI, tais como a protecção da saúde pública, a luta contra a exclusão social, a promoção da qualidade do trabalho ou o acesso à educação e à formação e a serviços de interesse geral de qualidade.

Diversos intervenientes solicitaram o aditamento da noção de coesão territorial. Neste contexto, foi assinalado que esse aditamento produziria inevitavelmente efeitos a nível da definição, na segunda parte, da política relativa aos fundos estruturais, actualmente destinada a promover unicamente a coesão económica e social.

Por último, determinados intervenientes sugeriram que fosse feita referência à promoção da não discriminação, designadamente nos domínios actualmente abrangidos pelo artigo 13.º do TCE.

N.º 3 do artigo 3.º

Uma série de intervenientes fez notar que a diversidade cultural não está particularmente ligada ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça, pelo que deveria ser referida separadamente. Em contrapartida, alguns sugeriram que se enriqueça a consagração do espaço de liberdade, de segurança e de justiça com alguns dos seus elementos constitutivos, evocando designadamente a luta contra o racismo e a xenofobia, que deverá ser integrada quer neste número quer na segunda parte do Tratado.

Alguns Convencionais insistiram na importância de se acrescentar a noção de diversidade linguística à de diversidade cultural; neste contexto, um dos intervenientes acrescentou ainda a noção de respeito pelos direitos das minorias. Foi acolhida positivamente a proposta de aditamento da noção de património cultural comum, no intuito de preservar o equilíbrio do n.º 1 do artigo 151.º do TCE.

N.º 4 do artigo 3.º

Muitos dos intervenientes advogaram uma redacção mais aberta e menos defensiva deste número, recorrendo a algumas das fórmulas sugeridas pelo Grupo de Trabalho VII. Um membro da Convenção contestou nomeadamente a noção de "independência da União". Segundo estes membros, deveria ser feita referência, nomeadamente, ao respeito pelo direito internacional, aos princípios da Carta das Nações Unidas, assim como aos direitos fundamentais em geral que, no entender de alguns, deveriam absorver a referência aos direitos das crianças. O Vice-Presidente reconheceu que este número deveria ser reformulado tendo em conta estas orientações, já definidas pelo Grupo de Trabalho. Alguns intervenientes gostariam que objectivos como a erradicação da pobreza e a protecção dos direitos das crianças não estivessem associados à defesa da independência e dos interesses da União no mundo, para poderem também ser tidos em consideração a nível interno.

Alguns membros da Convenção gostariam que constasse explicitamente do n.º 4 do artigo 3.º a definição e a execução por parte da União de uma política externa e de segurança comum e de uma política de defesa comum. Outros insistiram para que fosse igualmente mencionada a promoção do comércio livre.

Um outro orador propôs que se inscrevesse no artigo que a União renuncia à guerra como meio de resolução dos conflitos internacionais.

Artigo 4.º

O Vice-Presidente abriu o debate informando que este projecto de artigo tinha suscitado um consenso relativamente amplo na sessão plenária da Convenção. O debate a este respeito foi muito breve.

Um dos participantes insistiu no facto de que a aprovação deste artigo não condiciona de nenhum modo eventuais disposições específicas já existentes em matéria de política externa e de segurança comum nem certos aspectos da Justiça e Assuntos Internos.

Outro orador fez questão de esclarecer que, em seu entender, a personalidade jurídica da União não poderia transformá-la numa federação.

Artigos 5.º a 7.º

Na sua introdução, o Vice-Presidente sublinhou que, embora diversos membros da Convenção tivessem solicitado que a base jurídica do n.º 2 do artigo 5.º fosse extensiva à adesão a outras convenções internacionais em matéria de direitos do Homem, a opinião do Praesidium era de que o projecto actual, onde apenas se menciona a CEDH, não deve ser entendido, *a contrario*, como excluindo a adesão a outras convenções. Esta cláusula é necessária em relação à CEDH, tendo em conta o parecer do Tribunal de Justiça de 1996, que nega à Comunidade competência para aderir a essa Convenção, dado que essa adesão "teria relevância constitucional"; em contrapartida, no que diz respeito a outras convenções em matéria de direitos humanos que não se revistam da mesma relevância e que tenham ligações com as competências da União, as bases jurídicas existentes no Tratado (e referidas na Parte II) deverão ser suficientes.

Quanto aos pedidos no sentido de se acrescentar outras formas de discriminação à não discriminação em razão da nacionalidade referida no actual projecto de artigo 6.º, o Vice-Presidente recomendou prudência visto que um aditamento desse tipo poderia ter consequências jurídicas bem mais amplas que a proibição da discriminação prevista no n.º 1 do artigo 21.º da Carta, cujo âmbito de aplicação é claramente limitado pelo artigo 51.º da Carta.

Por último, o Vice-Presidente evocou a questão de uma eventual sobreposição entre, por um lado, o artigo 6.º e o n.º 2 do artigo 7.º (relativamente à lista dos direitos dos cidadãos) e, por outro, o texto da Carta, tendo convidado os membros da Convenção a pronunciarem-se sobre a opção de princípio que seria conveniente fazer nesta matéria.

Durante o debate sobre os artigos 5.º a 7.º foram abordados os seguintes aspectos:

- Foi sugerido que se introduzisse no Título II um novo artigo consagrado às quatro liberdades fundamentais, visto que a importância primordial de que se revestem para a integração europeia justificaria que lhes fosse feita referência logo nos primeiros artigos da Constituição. Essa importância assenta sobretudo na natureza dos direitos fundamentais que têm efeito directo e não na natureza da competência da União. Esta sugestão foi acolhida com agrado pelo Vice-Presidente e por outros membros.

- Diversos membros da Convenção pronunciaram-se a favor da integração da Carta no próprio corpo da Constituição e não num Protocolo; a maioria manifestou preferência quer por uma integração na Parte I, quer pelo aditamento da Carta como Parte II. Um membro acrescentou que, nesse caso, o Preâmbulo da Carta não poderia ser integrado como tal, pois a Constituição não pode ter dois Preâmbulos.
- Outro membro salientou que seria conveniente reforçar as "Anotações" da Carta e incluí-las no articulado, caso esta venha a ser integrada. Os outros membros, assim como o Vice-Presidente, apoiando embora as conclusões do Grupo de Trabalho relativas à publicação das Anotações actualizadas, rejeitaram a hipótese de integrar essas Anotações no articulado da Carta a inserir na Constituição, o que lhes conferiria o mesmo valor jurídico que a própria Carta. Seria preferível manter as Anotações com o valor que têm, ou seja, como trabalhos preparatórios que poderão constituir um instrumento precioso para a interpretação da Carta.
- Quanto ao n.º 2 do artigo 5.º, diversos membros da Convenção assinalaram que seria perigosa a limitação a uma base jurídica facultativa, a utilizar pelo Conselho quando decidisse por unanimidade, o que poderia criar um risco de bloqueio à adesão à CEDH. Por outro lado, reconheceu-se que a Constituição não poderá impor a obrigação de aderir, dado que essa adesão dependeria ainda das negociações que teriam de ser conduzidas com os Estados membros do Conselho da Europa e do acordo destes. Surgiu uma orientação favorável, com o apoio do Vice-Presidente, que sugere uma frase prevendo que a União "solicita" ou "pretende" ("the Union shall *seek*...") aderir à CEDH.
- Vários membros observaram que o actual artigo 6.º poderia ser suprimido se a Carta, que inclui no n.º 2 do seu artigo 21.º uma disposição idêntica, fosse integrada no próprio corpo da Constituição. O Vice-Presidente voltou a abordar este aspecto nas suas conclusões, salientando que seria conveniente evitar duplicações entre a Parte I e a Carta.

CONVENÇÃO EUROPEIA

Sessão suplementar de quarta-feira, 26 de Março de 2003

LISTA DOS ORADORES

Continuação do debate sobre o projecto dos artigos 1.º a 7.º (doc. CONV 528/03)

Andrew Nicholas DUFF – Parlamento Europeu
Esko Olavi SEPPÄNEN – Parlamento Europeu
Inigo MENDEZ DE VIGO – Parlamento Europeu
Neil Nicholas MACCORMICK – Parlamento Europeu
Manfred DAMMEYER – Observador
Riitta KORHONEN – Finlândia (Parlamento)
Teija TIILIKAINEN – Finlândia (Governo)
Paraskevas AVGERINOS – Grécia (Parlamento)
Tunne KELAM – Estónia (Parlamento)
Gerhard TUSEK – Áustria (Governo)
Jens-Peter BONDE – Parlamento Europeu
Bobby McDONAGH – Irlanda (Governo)
Gijs DE VRIES – Países Baixos (Governo)
Adrian SEVERIN – Roménia (Parlamento)
Anne VAN LANCKER – Parlamento Europeu
Lone DYBKJAER – Parlamento Europeu
Henrik HOLOLEI – Estónia (Governo)
Manuel LOBO ANTUNES – Portugal (Governo)
Peter HAIN – Reino Unido (Governo)
Rytis MARTIKONIS – Lituânia (Governo)
Helle THORNING-SCHMIDT – Parlamento Europeu
Elena PACIOTTI – Parlamento Europeu
Peter SERRACINO-INGLOTT – Malta (Governo)
Peter ECKSTEIN KOVACS – Roménia (Parlamento)
Michel BARNIER – Comissão
Lord MACLENNAN of Rogart – Reino Unido (Parlamento)

Ben FAYOT – Luxemburgo (Parlamento)
Maria BERGER – Parlamento Europeu
Franc HORVAT – Eslovénia (Parlamento)
Caspar EINEM – Áustria (Parlamento)
Johannes VOGGENHUBER – Parlamento Europeu
Lenka ROVNA – República Checa (Governo)
Alojz PETERLE – Eslovénia (Parlamento)
Filadelfio BASILE – Itália (Parlamento)
Tunne KELAM – Estónia (Parlamento)
Paolo PONZANO – Comissão
Claude Du GRANRUT – Observador
Vytenis ANDRIUKAITIS – Lituânia (Parlamento)
Sylvia-Yvonne KAUFMANN – Parlamento Europeu
Jens-Peter BONDE – Parlamento Europeu
Peter ECKSTEIN KOVACS – Roménia (Parlamento)
Peter HAIN – Reino Unido (Governo)
Franc HORVAT – Eslovénia (Parlamento)
Lone DYBKJAER – Parlamento Europeu
Esko Olavi SEPPÄNEN – Parlamento Europeu
Gijs DE VRIES – Países Baixos (Governo)
Proinsias DE ROSSA – Irlanda (Parlamento)
Elmar BROK – Parlamento Europeu
Maria BERGER – Parlamento Europeu
Anne VAN LANCKER – Parlamento Europeu
Neil Nicholas MACCORMICK – Parlamento Europeu
Riitta KORHONEN – Finlândia (Parlamento)
Lord MACLENNAN of Rogart – Reino Unido (Parlamento)
Peter SERRACINO-INGLOTT – Malta (Governo)
Paraskevas AVGERINOS – Grécia (Parlamento)
Carlos CARNERO GONZALES – Parlamento Europeu
Joachim WUERMELING – Parlamento Europeu
Bobby McDONAGH – Irlanda (Governo)
Andrew Nicholas DUFF – Parlamento Europeu
Helle THORNING-SCHMIDT – Parlamento Europeu

Vytenis ANDRIUKAITIS – Lituânia (Parlamento)
Adrian SEVERIN – Roménia (Parlamento)
Manuel LOBO ANTUNES – Portugal (Governo)
Proinsias DE ROSSA – Irlanda (Parlamento)
Josef ZIELENIC – República Checa (Parlamento)
Peter HAIN – Reino Unido (Governo)
Paolo PONZANO – Comissão
Anne VAN LANCKER – Parlamento Europeu
Carlos CARNERO GONZALES – Parlamento Europeu
Teija TIILIKAINEN – Finlândia (Governo)
Neil Nicholas MACCORMICK – Parlamento Europeu
Lone DYBKJAER – Parlamento Europeu
Pia-Noora KAUPPI – Parlamento Europeu
Peter HAIN – Reino Unido (Governo)
Jens-Peter BONDE – Parlamento Europeu
Anne VAN LANCKER – Parlamento Europeu
Vytenis ANDRIUKAITIS – Lituânia (Parlamento)
Paraskevas AVGERINOS – Grécia (Parlamento)
René VAN DER LINDEN – Países Baixos (Parlamento)
Andrew Nicholas DUFF – Parlamento Europeu
Neil Nicholas MACCORMICK – Parlamento Europeu
Paolo PONZANO – Comissão
Jens-Peter BONDE – Parlamento Europeu
